

to ou de sincero motivo para as mais severas críticas a toda a classe política.

O certo é que, desde a divulgação da sua incrível proposta de o governo confiar a Arena a indicação dos médicos para os desfalcados quadros do INPS, em todos os contactos com o governo ou com militares, em nível de cúpula, o assunto é logo aflorado, claro que para provocar o chorriho de justa e veemente repulsa.

E, na exaltação que a esdruxula proposta suscita, é quase impossível isolar a iniciativa individual e evitar que as críticas respinguem para toda a coletividade política, notoriamente ainda purgando amarga provação.

Nesta hora é quase inevitável que um simples gesto de responsabilidade individual que não mereceu o apoio de ninguém, mas, ao contrário, deflagrou uma universal vaga de contundentes reprimendas, ganhe repercussão e seja aproveitado como um argumento a mais a justificar as dificuldades do governo em trilhar o caminho da disensão.

Pois teriam sido suficientes alguns anos apenas da Revolução sancionadora de 64 e simples anúncio do afrouxamento da vigilância, para que um senador da Arena não se peje de propor a volta a práticas condenadas como amorais, o retorno triunfante aos métodos repugnantes do clientelismo, a imoralidade do empreguismo que fez a glória e cavou o tumulto do falecido PTB de lamentável memória.

Uma proposta inoportuna

RIO — As toscas justificativas balbuciadas pelo senador Paulo Guerra não conseguiram desfazer a impressão de mal-estar e constrangimento que a sua extemporânea reivindicação fisiológica provocou por toda a parte, mas talvez mais sentidamente junto ao governo e às áreas militares.

Certamente que o senador por Pernambuco, do limitado ângulo de sua visão provincial, não descortinou o alcance e nem ainda se apercebeu do mal que seu desastrado pronunciamento está causando, avivando prevenções que se vinham curando, lenta e sofridamente e servindo de pretext-